

O TCU convocou para explicações o ex-presidente do Dnocs José Francisco dos Santos Rufino e o chefe da Divisão de Licitação do órgão, José Aurélio Lucena Rodrigues. O sistema Congonhas permite a transposição de 60 milhões de metros cúbicos de água para a bacia do Rio Verde Grande, suprindo o abastecimento de Montes Claros e alimentando o rio com cerca de 50% do volume transposto, beneficiando ainda Juramento, Cristália, Botumirim, Francisco Sá, Itacambira e Grão Mogol.

Hoje em Dia – 1/11

Governo paga por canal que erosão destrói

Responsável pela promoção do desenvolvimento de regiões mais pobres, o Ministério da Integração Nacional é um dos campeões em obras inacabadas, especialmente sistemas de irrigação e abastecimento de água em regiões castigadas pela seca. Ao tomar posse, em janeiro de 2003, o ministro Ciro Gomes descobriu 226 obras paralisadas, desde o governo Fernando Henrique, num universo de 6 mil convênios celebrados entre o ministério, prefeituras e governos estaduais. “Determinei que nenhuma obra nova será iniciada no ministério enquanto não forem concluídas as que estão em execução”, afirmou Ciro Gomes.

O Ministério da Integração Nacional e seus órgãos vinculados, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), há anos se destacam também na lista de obras irregulares elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro reconhece o problema e diz ter mandado excluir da lista de prioridades todas as obras que estão com problemas no TCU.

Iniciada há dez anos, a irrigação da Serra da Batateira, no município de Sobradinho (BA), é um exemplo clássico de obra enrolada. Já consumiu

R\$ 19,3 milhões, em moeda de 2002, precisa de mais R\$ 55 milhões para cumprir seus objetivos e coleciona irregularidades, a começar pela utilização de R\$ 300 mil para pagamento da folha de salários do funcionalismo municipal, em 1995, por ordem do então prefeito, Guilherme Tomás de Araújo. Depois que o TCU descobriu a irregularidade, a prefeitura devolveu os recursos.

De acordo com assessores do ministério, persistem pendências no TCU em relação à obra. Por isso, Serra da Batateira não consta da lista de prioridades de investimentos para 2004. De acordo com o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do governo federal, o próximo desembolso para o projeto, no valor de R\$ 100 mil, se dará em 2005. Há previsão de mais R\$ 1,1 milhão, em 2006, e R\$ 2,1 milhões, em 2007, o que lança para um futuro remoto a conclusão da obra.

IMPROVISO

Atualmente, só sete dos 18 quilômetros projetados do canal estão construídos. Parte está sem revestimento, exposta à erosão. Tampouco há rede de distribuição para as áreas de lavoura. Os sítios mais remediados fazem, por conta própria, irrigação improvisada das propriedades. Cada um mantém pequena bomba na beira do canal.

José Eduardo da Silva, de 43 anos, e três parceiros são vítimas da incerteza e improvisação que dominam o projeto de irrigação da Serra da Batateira. Eles são remanescentes de um grupo de 13 agricultores que, em 2000, arrendaram, por nove anos, um terreno de 80 hectares para produzir tomate. “O resto desistiu, quando percebeu que não tínhamos garantia de água para a plantação”, contou José Eduardo.

Na semana passada, o agricultor tentava, sem sucesso, levar água do canal para a lavoura. Usava um sistema rudimentar, conhecido como sifão. Trata-se de um cano de PVC tampado nas extremidades, cheio de água. Quando mergulhado no canal e destampado, produz vácuo, que empurra a água para fora.

Segundo José Eduardo, por ordem da prefeitura, o fluxo de água da barragem para o canal havia sido reduzido; por isso, o sifão não estava funcionando. “Conseguimos parceria com uma indústria de polpa de tomate, mas, do jeito que está, não dá para levar o negócio à frente”, reclama o agricultor.

Diário de Natal – 3/11